

**LETRAS, ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E TEA**Beatriz B. Amaral<sup>1</sup>, Valéria B. Martins<sup>2</sup>

1. Estudante do Centro de Comunicação e Letras (CCL-UPM)
2. Professora Doutora do CCL-UPM - Departamento de Letras/Orientadora

**Resumo**

A Resolução SE no. 61, de novembro de 2014, garante a alunos atípicos o direito à matrícula na Educação Básica. Em 2015, foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. A educação constitui direito da pessoa com deficiência e deve ser assegurado um sistema educacional inclusivo. Todavia, é comum se ouvir relatos de escolas que se recusaram a aceitar alunos com alguma atipicidade, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA). É partir dessa realidade que surgiu este trabalho. Os cursos de formação docente, como o curso de Letras, devem formar professores de português que saberão auxiliar os alunos com TEA nas aulas de leitura, compreensão, interpretação e produção textual. O objetivo desta pesquisa é determinar se os recém-formados da Licenciatura em Letras têm saído dos bancos universitários com essa formação. Como referencial teórico, foram usados os pensamentos de Brasil (2017), Cunha (2010) e D'antino, Brunoni e Schwartzman (2015).

**Palavras-chave:** Inclusão; Formação Docente; Português.

**Apoio financeiro:** Universidade Presbiteriana Mackenzie.

**Trabalho selecionado para a JNIC:** UPM.

**Introdução**

O direito à educação se encontra no artigo 205 de nossa Constituição Federal desde 1988. No Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, e em nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, também se lê sobre o direito à educação. Em 2014, com a Resolução SE nº. 61, ficou “assegurado a todos os alunos, público-alvo da Educação Especial, o direito à matrícula em classes ou turmas do Ensino Fundamental ou Médio, de qualquer modalidade de ensino”. Em 2015, foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Contudo, é comum se deparar com relatos de escolas que se recusaram a aceitar alunos com alguma atipicidade, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Assim se questiona como um aluno atípico pode ter seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento garantidos se, muitas vezes, ele nem mesmo é aceito pelas escolas de Educação Básica.

Se, porém, a todo aluno matriculado na Educação Básica é ofertado o direito ao ensino de sua língua materna, os professores de Língua Portuguesa devem refletir, ainda nos bancos universitários, sobre estratégias metodológicas para ensinar, também, a língua a alunos atípicos, como os alunos com TEA. É a partir de toda essa realidade que surgiu o trabalho aqui descrito que teve como problema de pesquisa o seguinte questionamento: os recém-formados da Licenciatura em Letras têm saído dos bancos universitários com a formação necessária para auxiliar nas aulas de leitura, compreensão, interpretação e produção textual os alunos com TEA?

Nesse contexto, este estudo ganha importância, pois colocou em análise um tema que tem afetado cada vez mais a dinâmica das escolas de Educação Básica e o dia a dia pedagógico de milhares de professores. Os documentos legais precisam ser cumpridos e o ensino da Língua Portuguesa necessita ser efetivo na vida de alunos com TEA para que essa aprendizagem os faça viver melhor, integrando-os à sociedade da qual fazem parte. O objetivo desta pesquisa foi, portanto, determinar se os recém-formados da Licenciatura em Letras têm saído dos bancos universitários com a formação necessária para auxiliar os seus alunos nas aulas de Língua Portuguesa.

**Metodologia**

Pelo método científico de análise e investigação, o presente trabalho propõe-se a determinar se os recém-formados da Licenciatura em Letras têm saído dos bancos universitários com a formação necessária para auxiliar os seus alunos nas aulas de Língua Portuguesa. Inicialmente, foi revisada toda a bibliografia sobre as competências gerais e específicas determinadas na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017). Pesquisadores que dissertam sobre o ensino de Língua Portuguesa, como Antunes (2005, 2007 e 2009) e Soares (2005), também foram imprescindíveis nessa fase inicial da pesquisa e dos estudos.

Posteriormente, foram estudados os pressupostos teóricos de Souza e Pletsh (2017) e Favoretto e Lamônica (2014) sobre Educação Inclusiva e sobre o TEA (D'ANTINO; BRUNONI; SCHWARTZMAN, 2015). Depois, foram analisados todos os documentos legais que garantem aos alunos com algum tipo de atipicidade o direito à educação de qualidade (BRASIL, 1990, 1996, 2001, 2014 e 2015).

Findada a etapa das leituras e análise dos materiais teóricos sobre o ensino de Língua Portuguesa, sobre Educação Inclusiva e sobre o TEA, foi elaborado um questionário, por meio do Google Forms, destinado a alunos

do Curso de Licenciatura em Letras para que se pudesse investigar como a formação inicial tem preparado atualmente o futuro professor para desenvolver trabalhos com alunos com TEA. Todas as informações reunidas com a pesquisa foram analisadas após o fim do período de coleta de dados.

Na sequência, com a união dos pressupostos teóricos estudados, legislação e dados coletados com o questionário aplicado, o artigo científico foi escrito nos moldes solicitados pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e a pergunta-problema foi respondida.

## Resultados e Discussão

Na segunda quinzena de janeiro de 2021, ocorreu a aplicação de uma pesquisa com 15 formandos e recém-formandos da Licenciatura em Letras de 4 universidades do estado de São Paulo. Em função da Lei Geral de Proteção de Dados, nenhum dado sensível foi coletado. Seis perguntas abertas foram enviadas aos entrevistados por meio do Google Forms. A seguir, estão as respostas obtidas:

### Pergunta 1 - O que é educação inclusiva para você?

1 Uma educação inclusiva é aquela que oferta a todos os indivíduos igualdade quanto ao acesso ao processo de ensino-aprendizagem. / 2 Educação inclusiva significa diversidade e respeito em toda rede de ensino. Alunos com suas características particulares deficiências, convivendo e aprendendo juntos. / 3 Para mim, educação inclusiva é aquela que recebe os alunos com deficiência na sala de aula e os trata com respeito e de acordo com suas necessidades. / 4 Entendo por educação inclusiva aquela que inclui e integra todos, sem fazer diferenciações ou exclusões por causa de determinadas características ou deficiências pessoais. / 5 Saber incluir numa mesma sala, alunos com habilidades diferentes. / 6 Educação inclusiva é pensar como um todo, de acordo com a maturidade de cada aluno. Entender o que cada um precisa de acordo com sua autonomia. / 7 Para mim, é a possibilidade de integrar os mais diversos alunos, favorecendo a diversidade. / 8 Para mim, é uma educação que compreende as pessoas com deficiência como sujeitos, inserindo-os efetivamente na sociedade. / 9 Entendo por educação inclusiva aquela que inclui e integra todos, sem fazer diferenciações ou exclusões por causa de determinadas características ou deficiências pessoais. / 10 A educação inclusiva para mim é a compreensão das necessidades especiais de cada indivíduo deficiente, físico ou intelectual, como forma de adaptar as atividades, ambientes e promover a sociabilização do aluno. / 11 Incluir e adaptar a sala de aula para crianças com necessidades diferenciadas. / 12 É uma educação capaz de acolher todos os alunos que possuem alguma deficiência específica que necessite de um olhar mais atento, focando em proporcionar um ensino de melhor qualidade a essas pessoas. / 13 É aquela que não nega educação a ninguém, enxerga a singularidade de cada um, mas trata todos como igual. / 14 Aceitar e respeitar as necessidades de cada aluno, independente de qual for, adaptando-se o currículo e as atividades para que o aprendizado seja garantido. / 15 Aquela que inclui e integra todos os indivíduos sem diferenciação ou discriminação.

### Pergunta 2 - Você conhece as leis que existem para a efetividade da educação inclusiva? Se sim, quais são elas?

1 Sim, entre elas, cito artigos da Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. / 2 A principal lei que conheço é a da Constituição Federal (1988) que garante, como direito básico, a educação para todos. Sei que a LDBEN também trata sobre o assunto, reforçando que a educação das pessoas com deficiência deve ser, sempre que possível, enquadrada no sistema geral de Educação. / 3 Sei que na LDB está escrito que as escolas devem aceitar os alunos de maneira a fazer inclusão, mas só conheço a LDB. Não sei se há outras leis que garantam a efetividade da educação inclusiva. / 4 Não especificamente. Sei que há leis e órgãos que na teoria regulamentam e garantem o acesso à educação para todos e de maneira inclusiva. Entretanto, não saberia dizer leis específicas. / 5 Algumas. Sei que existem, mas não sei nomear. / 6 Não conheço. Trabalhei durante dois anos em um colégio que busca a educação inclusiva, mas, infelizmente, não trabalhei diretamente com essas crianças. Uma pena, pois gostaria de saber mais. Mas acredito que isso é uma falha em geral de ainda pouco se falar. / 7 Não muitas. Ainda é um assunto que não domino, mas sei que cada vez mais elas estão sendo criadas para garantir a máxima igualdade entre as pessoas. / 8 Não me recordo. / 9 Não especificamente. / 10 Lei nº 12.764. É a "Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista". / 11 Não. / 12 Sei que existem algumas leis, mas não lembro de cabeça quais são elas. / 13 Conheço as que estão na BNCC. / 14 Sei que algumas leis constam na LDB, mas não sei nomeá-las. / 15 Sim, presente na LDB, no 9.394/96 (Brasil, 1996), no Capítulo III, art. 4º, inciso III, que diz que é dever do Estado garantir o "atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino".

### Pergunta 3 - O curso de Licenciatura em Letras que você cumpre trouxe reflexões constantes sobre educação inclusiva?

1 Sim. Algumas disciplinas pedagógicas, ministradas por uma docente formada em Letras e em Pedagogia, trouxeram pertinentes reflexões acerca da educação inclusiva na Educação Básica. / 2 Infelizmente não. Em poucas matérias foram discutidos os assuntos. Apenas na disciplina de Libras - que acontece no último semestre do curso - falamos mais profundamente sobre o assunto, contudo, com enfoque na comunidade surda. / 3 Não. Tive contato com educação inclusiva em duas matérias, mas por iniciativa dos docentes, isto é, não havia nada na ementa que garantisse a discussão. / 4 Sim. Especialmente no último período, que contamos com a matéria de ensino de Libras no processo educacional e também ao longo das matérias de licenciatura, que mostraram diversas abordagens e metodologias de ensino visando uma educação mais integrativa e inclusiva. / 5 Não. / 6

O curso mostra inúmeras reflexões, entretanto, a prática de alguns professores que ministram a aula é baixa, o que tende a prejudicar o conteúdo da aula. / 7 Estamos vendo isso agora com mais clareza, na verdade, com uma disciplina específica, que é Libras, mas alguns pontos sobre o assunto foram tratados em outras disciplinas. / 8 Não me recordo. / 9 Sim. Mais especificamente no último período, com a matéria de ensino de libras no processo educacional. / 10 O curso de licenciatura em Letras trouxe diversas reflexões sobre inclusão, principalmente nas matérias relacionadas à pedagogia, entretanto não diria que de forma constante. / 11 Não saberia dizer. / 12 Sim, especialmente na disciplina de Libras, a qual estou cursando no momento, pois me faz refletir a respeito das dificuldades que as pessoas surdas sofrem no dia a dia. Além disso, penso em como é realmente difícil inserir uma criança especial na sala de aula se não há o preparo correto e necessário, algo que infelizmente não está distante de nós. / 13 Sim, em vários momentos da graduação, tive oportunidades significativas em refletir sobre a educação inclusiva. / 14 Não tanto quanto eu gostaria. Acredito que tenha sido muito vago e abrangente em relação a isso. / 15 Diria que trouxe reflexões sim, mas que elas se deram de modo mais isolados e abstratos.

#### **Pergunta 4 - O que significa a sigla TEA?**

1 A sigla significa Transtorno do Espectro Autista. / 2 Transtorno do Espectro Autista. / 3 Transtorno do Espectro Autista. / 4 Transtorno do Espectro Autista. / 5 Não sei. / 6 Transtorno do Espectro Autista. / 7 Transtorno do Espectro Autista. / 8 Não sei. / 9 Transtorno do Espectro Autista. / 10 Transtorno do Espectro Autista. / 11 Não sei. / 12 Transtorno do Espectro Autista. / 13 Transtorno do espectro do autista. / 14 Transtorno do Espectro Autista. / 15 Transtorno do Espectro Autista.

#### **Pergunta 5 - Como futuro docente de Língua Portuguesa, você acredita que conseguirá auxiliar em suas aulas alunos com TEA?**

1 Não necessariamente. Em função disso, acredito que será indispensável buscar mais conhecimento sobre o assunto, em cursos de extensão e/ou de formação continuada, que contribuirão para auxiliar meus alunos da melhor forma possível. / 2 Acredito que conseguirei se for atrás de uma formação mais especializada. / 3 Eu acredito que sim, desde que eu saiba os limites e necessidades de meus alunos, já que isso pode variar de criança para criança. / 4 Sinceramente, não. Apesar de ter recebido certo suporte no que concerne ao ensino inclusivo, não acho que esteja preparada para auxiliar um aluno com TEA. Penso que deveria pensar em mais cursos de especialização. / 5 Não saberia responder sem antes pesquisar. / 6 Não com total confiança. / 7 Em questão de preparação acadêmica para lidar com essa situação não, mas já tive alguns alunos que têm o transtorno e a gente vai criando mecanismos para nos aproximar deles. / 8 Não. Acredito que precisarei de especializações. / 9 Não acho que esteja preparada para auxiliar um aluno com TEA. / 10 Acredito que para casos de TEA, seja importante o acompanhamento de uma auxiliar para a criança, para avaliá-la mais profundamente e relatar suas necessidades, para que assim eu possa planejar minhas aulas e atividades. / 11 Não sozinha. / 12 Se eu for me basear em minha experiência profissional para poder atender essa especificidade, acredito que não, já que eu nunca tive nenhum contato particular com crianças autistas. Porém, caso eu tenha o dever de trabalhar a partir dessa realidade, então, seria extremamente necessário que eu fizesse alguma especialização/cursos mais focados nessa área. / 13 Ainda não me sinto preparada. Preciso me especializar, estudar mais para saber dar a melhor educação a esse aluno. / 14 Acredito que não. No curso de licenciatura não me lembro de ter aprendido sobre o autismo, muito menos sobre a inclusão desses alunos. / 15 Penso que não, pois ainda precisaria de cursos e disciplinas voltadas para a educação inclusiva, acho que somente a faculdade não nos forma integralmente para tal.

#### **Pergunta 6 - Se sua resposta for sim, que tipo de estratégias você utilizaria nas aulas de Língua Portuguesa com os alunos com TEA?**

2 Proporia atividades pelas quais o aluno se interessasse; adaptaria provas e trabalhos; adaptaria minha própria linguagem; proporia atividades que auxiliassem no desenvolvimento das habilidades. / 3 Eu tentaria compreender os limites e necessidades cognitivas e emocionais dos meus alunos com TEA e tentaria montar minhas aulas de maneira que eles pudessem contribuir, mesmo que não seja se expressando perante todos. Tentaria também promover trabalhos em dupla com outros colegas, para que os alunos fora do espectro pudessem entender que o colega com TEA enxerga/interpreta o mundo de maneira diferente, mas tão válida quanto todos os outros. / 9 Aplicaria atividades mais sensoriais, como jogos, que atraiam a atenção de tal aluno.

Por meio das respostas coletadas, foi possível perceber que os professores entrevistados possuem um conhecimento superficial acerca da educação inclusiva. No que tange suas legislações, o conhecimento torna-se ainda mais escasso. Só um entrevistado conhecia a legislação específica referente aos indivíduos com TEA.

Os professores, em sua grande maioria, relataram não terem vivenciado, durante sua formação docente inicial, discussões, em sala de aula, que abordassem a educação inclusiva como um todo, nem que tratassem de algum grupo específico, como o de alunos com TEA.

Outros, entretanto, atribuem às experiências profissionais o fato de terem sido expostos à educação inclusiva e reconhecem os limites e a necessidade de adaptação curricular para atender a esses alunos, ainda que relatem a dificuldade de realizar essa inclusão em sala de aula.

Ao abordar as práticas docentes dentro de sala de aula que visam a integrar os alunos com TEA, muitos evidenciaram a urgência de pesquisar mais sobre o assunto caso seja necessário fazer essa inclusão, revelando que, dentro dos cursos de graduação, a formação para a educação inclusiva ainda é muito precária.

## Conclusões

Após o término de todo o caminho metodológico seguido por esta pesquisa, foi possível responder ao problema de pesquisa inicial: os recém-formados da Licenciatura em Letras têm saído dos bancos universitários com a formação necessária para auxiliar nas aulas de leitura, compreensão, interpretação e produção textual os alunos com TEA?

Por meio das pesquisas bibliográficas realizadas e dos dados obtidos com a pesquisa aplicada, foi possível verificar que, na prática, os recém-formados da Licenciatura em Letras vão para o mercado de trabalho sem dominar as possibilidades de abordagens metodológicas que podem ser usadas nas aulas de Língua Portuguesa com os alunos com TEA. Muitas vezes, esses recém-formados acabam por desenvolver essas habilidades quando, na prática da sua vida profissional, têm de encontrar caminhos para auxiliar alunos com TEA.

O que se vê é um desequilíbrio entre o que está determinado nos documentos legais e o que ocorre no cotidiano das escolas brasileiras diariamente. Parte desse desequilíbrio se deve à falha na formação inicial que ainda não tem dado a devida atenção às questões que envolvem a educação inclusiva.

É direito de todos uma educação de qualidade, que vise o desenvolvimento do indivíduo, preparando-o para exercer sua função de cidadão dentro da sociedade, podendo futuramente exercer funções dentro do mercado de trabalho. (BRASIL, 1988).

A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. (MANTOAN, 2015, p. 28)

Os professores necessitam estar preparados para lidar com as diversidades dentro da sala de aula. Nesse contexto, é urgente que os cursos de Licenciatura sejam capazes de desenvolver essa capacidade durante a formação inicial. O professor de Língua Portuguesa tem a importante missão de desenvolver em seus alunos habilidades de ler, compreender, interpretar e produzir textos. Nessa perspectiva, ensinar a Língua Portuguesa aos alunos de inclusão é muito mais do que torná-los “simplesmente” alfabetizados (CUNHA, 2010).

## Referências bibliográficas

- ANTUNES, Irandé. **Aula de Português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. São Paulo: Parábola, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola, 2007.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Língua portuguesa. Brasília: MEC, 2017.
- \_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 13 jan. 2020.
- \_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Capítulo V: Da Educação Especial. Artigo 59, inciso III. Brasília, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Capítulo IV: do direito à educação, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1033668/lei-12764-12>. Acesso em: 13 jan. 2020.
- \_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CEB, nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2020.
- \_\_\_\_\_. **Resolução SE 61, de 11 de novembro de 2014**. Dispõe sobre a Educação Especial nas unidades escolares da rede estadual de ensino. Disponível em: [http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/61\\_14.HTM?Time=09/07/2015%2013](http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/61_14.HTM?Time=09/07/2015%2013). Acesso em: 23 fev. 2020.
- CUNHA, Sérgio Fabiano Labruna. O papel do professor de língua portuguesa no paradigma da educação inclusiva. **Idea Revista**, v. 2, n.1. jul./dez, 2010.
- D'ANTINO, Maria Eloisa Famá; BRUNONI, Décio; SCHWARTZMAN, José Salomão. **Contribuições para a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais: estudos interdisciplinares em educação e saúde em alunos com Transtorno do Espectro do Autismo no município de Barueri, SP**. São Paulo: Memno, 2015.
- FAVORETTO, Natalia Caroline; LAMÔNICA, Dionísia Aparecida Cusin. Conhecimentos e necessidades dos professores em relação aos transtornos do espectro autístico. **Rev. Bras. Esp.**, Marília, v. 20, no. 1, p. 103-116, jan.-mar, 2014.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.
- NEVES, Anderson Jonas das; ANTONELLI, Carolina de Santi; SILVA, Mariana Giroto Carvalho da Silva; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. **Escolarização formal e dimensões curriculares para alunos com autismo: o estado da arte da produção acadêmica brasileira**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 30, n. 2, p. 43-70, abril-junho de 2014.
- SOARES, Magda. **Linguagem e escola**. São Paulo: Ática, 2005.